

# O FMI no país do faz-de-conta

Ante o agravamento da crise financeira internacional e a própria situação de moratória já praticada, embora não declarada, da dívida brasileira, para que serve a Carta de Intenções apresentada ao FMI? Ora, dirão os "pragmáticos", serve para tentar aplacar os banqueiros e sobreviver até que a situação internacional se resolva, seja por um *crash* ou por uma renegociação global.

Um sem número de países, do Primeiro ao Terceiro Mundo e do bloco socialista, estão recorrendo ao FMI, aparentemente pelas mesmas razões. Todos tiveram de aceitar as suas "práticas restritivas" até que a "comunidade financeira" internacional seja obrigada a mudar as regras do jogo, para enfrentar o agravamento da própria crise. Porém, só os países de regime autoritário, a exemplo do Brasil e da Polónia, cederam a estas políticas restritivas, sem uma discussão prévia com os segmentos representativos da sociedade e sem levar ao Congresso, para discussão mais ampla, as alternativas de política económica interna. Quase todos enquadraram as medidas de emergência num plano de perspectiva de médio ou longo prazo que desse às suas populações um horizonte mais aberto, a partir do qual se pudesse ver a luz no fim do túnel.

As nossas "autoridades económicas" não apenas não consultaram ninguém como desinformaram a opinião pública e propuseram fazer concessões que violam frontalmente as leis brasileiras e a soberania nacional.

Assim, por exemplo, no que se refere ao eufemismo das "pequenas restrições cambiais" mencionadas no ponto 26 da Carta, o Memorando Técnico faz questão de explicar no último parágrafo as negociações paralelas que se processaram à margem, tanto do programa de curto prazo, quanto da lei. De uma penada só, acabaremos com a experiência de décadas da política comercial em relação às matérias-primas e com a política tecnológica e de capital estrangeiro estabelecidas em lei desde 1962 e respeitadas, até agora, mesmo pelos mais impertinentes "liberais" e "reacionários" de todos os matizes.

Outro *detalhe* do "espírito" da Carta é a recomendação *en passant* (item 4 do ponto 11) de adotar "uma política salarial destinada ao aumento do emprego" (*sic*). Tanto quanto sabemos, o emprego não é função do salário e sim do volume de vendas esperado nos mercados interno e externo, e do volume e composição do gasto público, todos eles penalizados pela política proposta. Ulti-

mamente, os porta-vozes das posições mais conservadoras têm voltado à questão salarial para discutir a desindexação requerida para um maior controle da inflação, mas nenhum cometeu a desfaçatez implícita na Carta, de sugerir que se baixe o salário para aumentar o emprego.

Talvez, como sugere o poeta Drummond, queiram nos mandar para a Antártida!

Todos os observadores estão de acordo, mesmo os mais conservadores, que as medidas apresentadas na Carta não apontam solução para a crise económica em nenhuma direção. Não resolvem o encilhamento financeiro das empresas, nem o do governo, e os seus efeitos são nitidamente recessivos, sem resultarem no "ajuste do balanço de pagamentos".

Do nosso ponto de vista, o estilo e os termos em que foi redigida a Carta de Intenções ao FMI representam, pois, uma humilhação desnecessária e excessiva. Desnecessária porque nada do que ali está dito resolve interna ou externamente a crise que atravessamos. Excessiva porque vai além das "regras do jogo internacional" cobradas dos outros devedores.

Será o Brasil "um caso especial" a partir da visita de Reagan? Ou trata-se apenas de um país do faz-de-conta?

Essas e outras respostas devem ser cobradas pelos representantes do povo brasileiro recém-eleitos, na luta pelas prerrogativas e liberdades no Congresso Nacional. Entretanto, para que o debate avance também pelos corredores e "desvãos" da "sociedade civil", convém deixar claro que o ajuste estrutural que a economia brasileira requer não se resolve com medidas recessivas uma atrás da outra. Quanto a quem vai "pagar o pato" da crise, em dólar, vale o seguinte aviso aos navegantes conservadores: o ajuste à custa dos de baixo, isto é, através de um novo "arrocho salarial", não resolve nada! A fome e o desemprego não produzem dólares.

Os problemas da centralização económica envolvidos na disputa "lucros x juros" tampouco se resolvem pela centralização política. Mesmo os poderosos precisavam de um pouco mais de oxigénio e de democracia, para renegociar as regras do jogo interno e não saírem arrasados pelas pressões do jogo internacional. Se a democracia é necessária, até para "os de cima", que dizer para o resto da sociedade brasileira! Não nos resta pois outro caminho, senão abandonar o país do faz-de-conta e cair no país real com todas as suas dores, conflitos e negociações possíveis.